



SÃO PAULO TRANSPORTE S/A
Conselho Fiscal

Rua Boa Vista, 236, 8º andar - meio - São Paulo/SP - CEP 01014-000
Telefone: - www.sptrans.com.br

SÃO PAULO TRANSPORTE S/A - SPTrans
CNPJ 60.498.417/0001-58 NIRE 3530001471-5

CONSELHO FISCAL
Ata nº CF 08/2025

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal
da São Paulo Transporte S/A, realizada em
25 de agosto de 2025.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, em sessão realizada por videoconferência, em atendimento às exigências contidas no Parágrafo único do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia; aos Pronunciamentos manifestados e às Interpretações, Orientações e Revisões igualmente emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); às diretrizes estabelecidas no Artigo 163 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que rege as Sociedades Anônimas; e às regras instituídas pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, intitulada Lei de Responsabilidade das Estatais, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Companhia, os quais subscrevem esta ata.

Estiveram presentes os membros do Conselho Fiscal: o Sr. Enzo Lúcio Ondeí, Presidente do Conselho Fiscal; o Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues, Membro do Conselho Fiscal; e a Sra. Adriana Azevedo Pannunzio, Membro do Conselho Fiscal.

Visando ao cumprimento da respectiva pauta, também participaram da reunião: o Dr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli, Diretor de Administração e de Infraestrutura; a Sra. Selma Quaresma da Silva, Superintendente Financeira; o Dr. Caio Augusto de Moraes Forjaz, Superintendente Jurídico; o Sr. Fabrício Bolzan de Almeida, Gerente de Direito Público; a Dra. Cintia Clementino, Advogada Pleno; o Sr. Mauro José de Araujo Lima, Gerente Contábil; a Sra. Lucimeire Lino dos Santos, Ouvidora; o Sr. Sebastião Pereira Ramos, Representante da Gerência de Auditoria Interna; a Sra. Suzi Meire Cavalcante de Andrade, Representante da Gerência de Auditoria Interna; e o Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho, Representante da Gerência de Auditoria Interna e responsável pela lavratura da presente Ata.

Abertura da Reunião, Verificação do Quórum e Considerações Preliminares

Com o aval do **Sr. Enzo Lúcio Ondeí**, Presidente do Conselho Fiscal, o **Sr. Sebastião Pereira Ramos**, Representante da Gerência de Auditoria Interna, declarou aberta a oitava reunião ordinária do Conselho Fiscal do ano de 2025, informando que esta seria gravada para a composição da ata e excluída dos arquivos da DP/GAU após a sua utilização. Verificado o quórum necessário, a reunião foi iniciada e, não havendo considerações preliminares, os participantes prosseguiram para a apresentação dos itens da pauta:

1. Exame do Balancete Referente ao Mês de Junho de 2025

- **Apresentação e Análise Preliminar:** O **Sr. Mauro José de Araujo Lima**, da Gerência Contábil, apresentou o balancete referente ao mês de junho de 2025. Informou que os balancetes são rotineiramente recebidos com alguns dias de antecedência, com comentários destacados, e que não viu nenhuma outra grande alteração para ser comentada.
- **Questionamentos dos Conselheiros:** O **Sr. Mauro** colocou-se à disposição para dúvidas, mas afirmou que de sua parte não detectou nenhum ponto de atenção que exigisse explicação. O **Sr. Enzo Lúcio Ondeí** perguntou à **Sra. Adriana Azevedo Pannunzio** se ela tinha alguma questão, ao que ela respondeu negativamente. O **Sr. Sebastião** também não apresentou questionamentos.
- **Disponibilidade para Questões Futuras:** O **Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho** agradeceu a presença do **Sr. Mauro** e lembrou que qualquer questionamento posterior poderia ser encaminhado por e-mail à contabilidade.
- **Inversão da Pauta:** O **Sr. Sebastião** iniciou a apresentação deste item, convidando a **Sra. Selma Quaresma da Silva**. O **Sr. Enzo** interrompeu para sugerir a possibilidade de inversão da ordem dos assuntos da pauta, visando a liberação de participantes com agendas apertadas, especialmente considerando a extensão da apresentação da **Sra. Selma** e a possível duração da apresentação do jurídico.
- **Esclarecimento sobre Alienação Fiduciária (Item 5, Subitem 5.2 da Pauta):** **Andréa Compri** (da área jurídica) confirmou que sua parte era sobre uma dúvida pontual referente ao Limite de Comprometimento da Remuneração em termos de penhor e sessão fiduciária. Dada a rapidez esperada do assunto, a pauta foi invertida, e a **Sra. Selma** foi convidada a aguardar.
- **Contexto Histórico:** A **Sra. Andréa** explicou que a implantação de termos de penhor de direitos creditórios iniciou em 2003, com as antigas cooperativas, para viabilizar a obtenção de créditos bancários para renovação da frota, visto que elas não possuíam acesso fácil a bancos. A SPTrans atuava como anuente interveniente, autorizando a retirada de dinheiro da remuneração em caso de inadimplência, funcionando como um empréstimo consignado, o que também visava reduzir as taxas de financiamento.

- **Mecanismo Atual:** Esse mecanismo se estendeu aos concessionários e é utilizado até hoje, principalmente com a introdução dos veículos elétricos, onde a conta garantia (sessão fiduciária) também é utilizada. No penhor, em caso de atraso, créditos da remuneração são transferidos ao banco; na sessão fiduciária, um percentual da remuneração é depositado em conta conjunta acessível ao concessionário e ao banco.
- **Limite de 30%:** O limite de 30% de comprometimento da remuneração foi decidido desde o início e mantido, com o objetivo de não afetar a operação da concessionária (pagamento de salários, diesel, manutenção), focando na parte de capital, depreciação e remuneração. Apesar de o percentual do peso de capital ser hoje menor, o limite de 30% foi preservado.
- **Impacto da Frota Elétrica:** A **Sra. Andréa** mencionou que a implantação da frota elétrica ainda não está em “pleno vapor”, e muitos carros estão acima da idade permitida. No futuro, quando a infraestrutura elétrica se ajustar, haverá uma demanda maior por renovação de frota, o que provavelmente fará o percentual de comprometimento subir novamente.
- **Esclarecimento da SPTrans sobre Responsabilidade:** O Sr. Enzo lembrou que a dúvida anterior era sobre a eventual responsabilidade da SPTrans/Prefeitura perante o banco. Foi esclarecido que não existe responsabilidade, sendo apenas um repasse do valor remuneratório no limite estipulado de até 30%. A **Sra. Andréa** complementou que os contratos possuem cláusula específica afirmando que a SPTrans e a SMT (Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte) não concedem aval ou garantia, e que a transferência só ocorre se houver créditos remuneratórios.
- **Agradecimentos:** O **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues** agradeceu a explicação da **Sra. Andréa**, afirmando ter compreendido a operação, o objetivo primordial (redução da taxa de juros) e o limite da obrigação da SPTrans/SMT. Os **Srs. Enzo e Mauro Voltarelli** também agradeceram os esclarecimentos e a **Sra. Andréa** foi liberada.

2. Análise do Relatório de Execução Orçamentária de Julho de 2025

- **Retomada da Análise Orçamentária:** A **Sra. Selma Quaresma da Silva** retomou a palavra para apresentar o relatório de acompanhamento do orçamento financeiro referente ao mês de julho de 2025.
- **Movimentação de Passageiros:** Houve uma redução de 1% no número de passageiros em julho de 2025 em comparação com o mês anterior, e uma queda de 2,14% em relação a julho de 2024. A média por dia útil de passageiros catracados foi de 6.390.000 (seis milhões, trezentos e noventa mil).
- **Uso por Tipo de Passagem:** Observou-se um pequeno aumento no uso da passagem comum e do Bilhete Idoso (acima de 60 anos; quase 1 milhão a mais de passageiros), e uma pequena queda no uso do Vale Transporte, em comparação com julho de 2024.
- **Programa Tarifa Zero:** O programa "Domingão Tarifa Zero" registrou uma

média de 2.737.000 passageiros em julho de 2025.

- **Demonstrativo Geral do Sistema e Comparativo Realizado x Previsto:** Atendendo a uma observação do Sr. Enzo Lúcio Ondeí, o relatório incluiu uma nova coluna com a previsão inicial para o sistema e gerenciamento, comparando-a com o valor realizado. A receita total inicial foi projetada em R\$3,086 bilhões, e o realizado de janeiro a julho foi de R\$3,010 bilhões, estando em linha com o projetado.
- **Recursos Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) e Compensação Tarifária:** Os recursos da (PMSP), incluindo compensação tarifária e Atende+, foram projetados em R\$4,2 bilhões de janeiro a julho, sendo utilizados R\$4,091 bilhões. Desse total, R\$3,9 bilhões foram apenas para compensação tarifária.
- **Necessidade de Suplementação:** A Sra. Selma destacou uma necessidade adicional de **suplementação para compensação tarifária de R\$917 milhões para o ano**, recurso que seria necessário a partir de novembro, com projeção de fechar o ano em aproximadamente R\$7,1 bilhões.
- **Liberação de Suplementações:** A Sra. Adriana Azevedo Pannunzio perguntou se as suplementações eram realizadas e na íntegra. A Sra. Selma respondeu que, **geralmente, sim**, mas não de uma vez, sendo liberadas em parcelas (ex.: a cada 15 dias no final do ano) devido à disponibilidade de recursos da Junta Orçamentário-Financeira (JOF). Mencionou que em anos anteriores, como 2022 ou 2023, os recursos não foram cobertos na íntegra, levando a pagamentos atrasados no orçamento do ano seguinte.
- **Uso da Conta Multas:** A Sra. Selma explicou que o saldo da conta multas (R\$51 milhões) pode ser revertido para o sistema, sendo utilizado para cobrir necessidades no final do ano ou evitar saldos negativos/atrasos no pagamento aos concessionários.
- **Suplementação Atende+:** Há uma necessidade de suplementação de R\$65 milhões para o programa Atende+ a partir de setembro, cujo pedido está em análise na JOF, sem resposta ainda sobre a forma de liberação.
- **Desembolso Total:** O desembolso total do mês de julho foi de **R\$1,152 bilhão**.
- **Composição de Recursos e Arrecadação:** A composição percentual dos recursos em julho foi de 58% de subsídio e 41,6% de arrecadação tarifária. A Sra. Selma ressaltou que o aumento da tarifa em 2025 influenciou os valores.
- **Reajuste dos Concessionários:** O desembolso de julho foi maior (R\$1,152 bilhão) devido ao pagamento do reajuste dos concessionários, com um índice entre 5,92% e 5,96%.
- **Programa Atende+:** O programa Atende+ registrou 7.284 pedidos reprimidos de um total de 18.855 atendidos.
- **Demonstrativo de Gestão:** A Sra. Selma apresentou um demonstrativo da gestão comparando o previsto com o realizado. As receitas operacionais ficaram R\$97 milhões acima do previsto. Já os recursos do contrato de gestão ficaram abaixo, com R\$200 milhões realizados contra R\$275 milhões previstos.
- **Desembolso de Gestão e Pessoal:** O desembolso de gestão foi de R\$361 milhões, contra R\$412 milhões previstos. As despesas com pessoal ficaram acima do projetado (R\$238 milhões realizados contra R\$229 milhões projetados), justificado por demissões (mudança de gestão de comissionados) e um contrato emergencial de plano de saúde mais caro.

- **Impacto do Plano de Demissão Voluntária (PDV):** A **Sra. Selma** confirmou que o PDV está incluído nas despesas de pessoal e está sendo pago com recursos próprios, com o impacto efetivo sendo realizado gradualmente até o final do ano. O **Sr. Enzo** observou que já houve pagamentos em junho e julho e a **Sra. Selma** confirmou que sim, foram pagas.
- **Composição Percentual das Despesas:** Em julho, a participação percentual das despesas foi de 66% para pessoal, 27% para terceirizações, e 27% para outras despesas gerais e fornecedores.
- **Necessidade Adicional e Compromisso de Desempenho Institucional (CDI):** A necessidade adicional foi de R\$171 milhões, com despesas projetadas em R\$617 milhões, receitas operacionais de R\$123 milhões e dotação recebida de R\$321 milhões. O acompanhamento do CDI também foi apresentado.
- **Investimentos e Frota Elétrica:** Os investimentos em corredores e terminais são convênios com a secretaria e prefeitura, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB) e Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico (FMDT). Até 22/08, a frota contava com 722 veículos elétricos, sendo 656 subvencionados por Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal
- **Agradecimentos:** O **Sr. Enzo** agradeceu e declarou que estava tudo certo. A **Sra. Selma** agradeceu e colocou-se à disposição. O **Sr. Sebastião** agradeceu e a liberou.

3. Avaliação do Plano de Demissão Voluntária - PDV 2025

- **Andamento da Primeira Rodada:** O Dr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli informou que a primeira rodada do PDV encerrou com 135 adesões de um total de 284 funcionários elegíveis, o que considerou uma boa adesão. Cinquenta e dois desligamentos foram realizados até o final de julho, com o critério de até seis meses para o desligamento em áreas críticas ou para entendimento de gestão.
- **Recursos e Próximas Fases:** Um saldo de R\$74 milhões de recursos próprios aprovados pela JOF foi destinado ao PDV, sendo R\$38 milhões utilizados na primeira rodada e R\$35 milhões reservados para a segunda. A segunda rodada, direcionada ao público de 64 e 63 anos, teve inscrições encerradas na sexta-feira anterior, mas com adesão inferior à primeira fase. A próxima fase abrangerá funcionários de até 61 anos, com o objetivo de liquidar o saldo de R\$74 milhões.
- **Objetivo do PDV:** O objetivo geral do PDV é reduzir o custo da folha de pagamento de 71-72% para 60% com despesas de pessoal, mesmo com o aumento de 30% de periculosidade para agentes de trânsito, assinado pelo Ministério Público.
- **Renovação da Força de Trabalho e Payback:** O **Sr. Enzo** perguntou sobre a intenção de renovação da força de trabalho e a proporção de recontratação. O **Dr. Mauro** esclareceu que a ideia não é recontratar na mesma proporção, mas sim diminuir o quadro, mantendo a qualidade, e buscar atingir os 60% na folha. Mencionou que o payback previsto é de 15 meses, podendo diminuir, e que não houve acréscimos nas concessões do PDV, sendo equivalente a uma demissão

normal. Por fim, informou que o último PDV havia ocorrido em 2003, há 23 anos.

- **Acompanhamento e Jurídico:** O **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues** solicitou ao **Dr. Mauro** que enviasse a finalização do ciclo do PDV para ciência do COGEAI e JOF, ao que ele se comprometeu. O **Dr. Mauro** confirmou que o jurídico acompanha todos os casos e que a execução do PDV está ocorrendo sem pontos de atenção.
- **Agradecimentos:** O **Sr. Sebastião** agradeceu a participação do **Dr. Mauro**.

4. Ciência das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP)

- **Contexto e Apresentação da Equipe:** O **Sr. Sebastião** introduziu o tema. O **Dr. Caio Augusto de Moraes Forjaz**, Superintendente Jurídico, informou que houve uma reunião prévia com o presidente do conselho fiscal para alinhar a apresentação, que seria mais genérica neste primeiro momento devido à vasta abrangência das matérias do TCM. Mencionou que o TCM julga processos muito antigos e que assuntos mais específicos e relevantes seriam trazidos em futuras reuniões. O **Dr. Caio** apresentou o **Dr. Fabricio Bolzan de Almeida**, Gerente de Direito Público, que havia integrado a equipe da superintendência na semana anterior, e que se comprometeu a ter uma participação mais efetiva nas próximas reuniões.
- **Panorama da Fiscalização do TCM:** A **Dra. Cintia Regina Clementino da Silva**, advogada de carreira da SPTrans, apresentou um panorama detalhado sobre os processos de fiscalização do Tribunal de Contas referentes às contas da SPTrans e à execução dos contratos de concessão do sistema de transporte e dos terminais.
- **Rito Processual:** Explicou o rito processual do TCM, que inclui auditorias, relatórios preliminares com apontamentos, manifestação técnica da SPTrans para esclarecimentos, relatório conclusivo da auditoria, e, finalmente, o julgamento com a emissão de determinações ou recomendações. As determinações possuem caráter pedagógico, visando aprimorar a eficiência da gestão.
- **Tipos de Julgamento:** Os julgamentos podem ser "regulares" (sem irregularidades), "regulares com recomendações" (pequenas irregularidades para aprimoramento) ou "excepcionalmente regulares" (falhas, como repasses atrasados, que são regularizadas posteriormente).
- **Contas Anuais Julgadas:** Em maio de 2025, diversas contas de exercícios anteriores (desde 2005) foram julgadas, a maioria delas classificadas como "regular com recomendação", indicando necessidade de aprimoramento. As contas de 2008-2012 foram julgadas "excepcionalmente regulares" em 2019, principalmente devido a repasses atrasados que a SPTrans deveria ter recebido. As contas de 2013-2018 também foram aprovadas em 2025.
- **Contas Pendentes:** **As contas dos exercícios de 2019, 2020, 2021 e 2022**

ainda não tiveram julgamento definitivo e estão no gabinete do conselheiro Sr. Domingos Dissei, aguardando manifestação da auditoria após apreciação das informações da SPTrans.

- **Questionamentos sobre as Contas:** A Sra. **Adriana Azevedo Pannunzio** questionou a demora no julgamento das contas desde 2019 e a aparente ausência de alternância do relator. A **Dra. Cintia** confirmou a morosidade e que o conselheiro **Sr. Domingos Dissei** é o relator dessas matérias. O **Dr. Caio** esclareceu que no TCM há um relator designado por setor (ex.: transporte) e que o relator atual das contas da SPTrans é o **Sr. Ricardo Torres**.
- **Recomendações e Ações da SPTrans:** A **Dra. Cintia** sintetizou as recomendações do TCM, que se concentram no aprimoramento da gestão financeira, execução de contratos, regularização de repasses, fortalecimento de controles internos e cumprimento de determinações. Informou que a SPTrans implementou diversas ações, como o reforço de controles internos, revisão de fluxos contratuais e financeiros, regularização de passivos e acordos judiciais, e melhorias na gestão de terminais e no monitoramento operacional do sistema de transporte. O jurídico, por sua vez, acompanha e informou ao TCM o cumprimento integral das recomendações, sem pendências.
- **Acompanhamento de Contratos de Concessão e Parcerias Público-Privadas (PPPs) dos Terminais:** A **Dra. Cintia** detalhou o procedimento de acompanhamento de contratos no TCM, com a emissão de relatórios preliminares, manifestação técnica e jurídica da SPTrans, e julgamento. Mencionou o processo **TC 011051/2020**, referente ao primeiro ano de execução dos contratos de concessão do sistema de transporte, que apontou descumprimento contratual em fiscalizações, inconsistência em indicadores, divergência em rotas e falhas na infraestrutura operacional. A SPTrans apresentou defesa em abril de 2025, esclarecendo que os apontamentos eram baseados em amostragem e não consideravam variações operacionais, e pediu que eventuais desvios não configurassem irregularidade grave, buscando o julgamento regular do contrato. A SPTrans aprimora continuamente a gestão dos contratos para evitar novos apontamentos. Um outro processo de PPP dos terminais, onde a SPTrans é gestora desde 2022, também está em andamento, aguardando relatório conclusivo.
- **Visão do Conselho Fiscal e Periodicidade:** O **Sr. Enzo** reforçou que o conselho busca tomar conhecimento de assuntos relevantes que impliquem ônus, mas que, na visão do jurídico, as recomendações apresentadas eram de natureza pedagógica e visavam aprimoramento. Ele sugeriu definir uma periodicidade para tratar dos assuntos do TCM no plano de trabalho do conselho. A **Dra. Cintia** sugeriu uma apresentação semestral, devido à morosidade dos processos do TCM. O **Dr. Caio** concordou com periodicidade trimestral ou semestral, adaptando conforme a importância dos assuntos. O **Sr. Enzo** e o **Sr. Adolfo** concordaram com a periodicidade semestral, com a ressalva de apresentações extraordinárias para assuntos relevantes. O **Sr. Adolfo** destacou a importância de incluir este item no plano de trabalho, conforme recomendação do COGEAI. A

Dra. Cintia sugeriu a próxima apresentação em novembro (antes do recesso do TCM) e as subsequentes a cada seis meses (março, agosto/setembro). **O Sr. Enzo** fixou a próxima apresentação para novembro e as demais a cada seis meses. A **Sra. Adriana** questionou a data de prestação de contas (janeiro) e o acompanhamento eletrônico dos processos, que a **Dra. Cintia** e o **Dr. Caio** confirmaram ser via intimações e que o jurídico busca centralizar. O **Sr. Enzo** propôs fixar as reuniões para novembro e junho no plano de trabalho para este assunto. O **Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho** comprometeu-se a consignar essa determinação em ata.

- **Liberação da Equipe Jurídica:** O **Sr. Sebastião** agradeceu e liberou a **Dra. Cintia**, o **Dr. Fabricio** e o **Dr. Caio**.

5. Pontos Consignados em Ata (julho/2025) a serem esclarecidos com:

5.1. (Dra. Cintia Regina Clementino da Silva): Acompanhamento das contas da SPTrans junto ao Tribunal de Contas do Município e das Ações Judiciais

- **Sr. Enzo** considerou que este ponto estava superado pela abrangente apresentação da **Dra. Cintia** no item 4 da pauta.

5.2. (Dr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli): Esclarecimento sobre o contrato de alienação fiduciária e reencaminhamento da nota técnica sobre o limite de 30%

- Este ponto foi tratado no início da reunião, com a inversão da pauta, e esclarecido pela **Sra. Andréa Compri**.

7 . Esclarecimentos sobre o Relatório de Ouvidoria referente ao mês de maio/2025

- **Abertura e Contextualização:** O **Sr. Sebastião** introduziu o tema. A **Sra. Lucimeire Lino dos Santos**, Ouvidora da SPTrans, solicitou que o conselho explicasse suas dúvidas sobre a apresentação do relatório de maio. O **Sr. Enzo** contextualizou que a principal dificuldade era interpretar os dados de forma sistêmica e coerente para um leitor externo, visto que as informações não se linkavam facilmente entre as páginas.
- **Fluxo das Demandas de e-mail:** A **Sra. Lucimeire** explicou que a ouvidoria recebe *e-mails* (1.638 em maio), que são avaliados individualmente para verificar se são de competência da SPTrans e se devem gerar um registro. Nem todos os *e-mails* geram registros. As demandas que geram registro geralmente têm um protocolo prévio no “*disk 156*” ou “*Descomplica*”, onde o cidadão não concorda com a resposta ou o prazo não foi cumprido. As demandas recorrentes incluem bilhete de estudante, vale transporte, Pessoas com Deficiência (PcD),

comportamento de operadores, operação (intervalo excessivo, superlotação), e o serviço Atende+. O Sr. Enzo solicitou que fosse especificado no relatório que nem todos os e-mails recebidos geram um registro, e qual o critério para que um e-mail gere um registro.

- **Demandas Acumuladas e Atuais:** A **Sra. Lucimeire** esclareceu que a página 3 do relatório apresenta as demandas acumuladas de janeiro a maio. As "demandas atuais" referem-se às demandas de meses anteriores (ex.: abril) que ainda estavam abertas e não concluídas em maio, indicando um número de 135 demandas pendentes do mês anterior. O Sr. Enzo solicitou que o relatório especificasse o que significam "demandas atuais" e apresentasse o saldo acumulado de demandas em andamento de períodos anteriores, para identificar gargalos ou atrasos. A **Sra. Lucimeire** informou que o prazo médio de resposta é de 20 a 25 dias e que não existem demandas em andamento de anos anteriores.
- **Consolidação de Demandas:** O Sr. Enzo expressou a necessidade de ter uma visão consolidada de todas as demandas dos usuários, independentemente do canal (ouvidoria, 156, etc.), para avaliar a qualidade do serviço prestado ao cidadão. Sugeriu que a ouvidoria trabalhasse essas informações ou que a SPTrans criasse um centro de tratamento de demandas. A **Sra. Lucimeire** informou que há um comitê de governança de atendimento que já discute a unificação desses dados em um *dashboard* e um aplicativo para unificar registros, com a esperança de implementação em breve. O **Sr. Enzo** destacou que isso seria útil para apurar um índice de satisfação e sua evolução. O **Sr. Sebastião** comprometeu-se a buscar informações de registros solucionados nas áreas operacionais que não chegaram à ouvidoria. O **Sr. Antonio Filho** mencionou a existência de um relatório integrado da qualidade que poderia abarcar essas informações. O **Sr. Enzo** concordou em recebê-los.
- **Especificações e Inconsistências:** A **Sra. Adriana** perguntou sobre a ausência de registro de depredações no relatório de maio. A **Sra. Lucimeire** explicou que esses incidentes ocorreram pós maio e seriam registrados na central de operações. A **Sra. Adriana** também questionou a distinção entre "importunação sexual, passageiros" e "condutas de operadores" na tipologia das manifestações. A **Sra. Lucimeire** esclareceu que o primeiro se refere ao autor (operador) e o segundo ao autor (passageiro), com as vítimas sendo os cidadãos. O **Sr. Enzo** perguntou se o percentual na tipologia das manifestações era meta ou apuração, e a **Sra. Lucimeire** confirmou que era apuração (100% apurados e resolvidos em janeiro de 2025). O **Sr. Enzo** e a **Sra. Lucimeire** distinguiram denúncia (crime, discriminação, importunação) de reclamação (serviços). O **Sr. Enzo** apontou uma inconsistência na soma das reclamações de "conduta de operadores" (50) versus o total de reclamações (150 em maio), indicando dificuldade em linkar as informações entre as partes do relatório. Sugeriu receber o relatório integrado na próxima reunião para melhor compreensão. A Sra. Lucimeire comprometeu-se a melhorar e detalhar as informações nos próximos relatórios.
- **Liberação:** O **Sr. Sebastião** perguntou se a **Sra. Lucimeire** teria algo a acrescentar sobre o relatório da ouvidoria de junho (subitem 6.6.) ou se poderia

ser liberada. **Sr. Adolfo** e **Sra. Adriana** indicaram que estava tudo bem. O **Sr. Sebastião** agradeceu e liberou a **Sra. Lucimeire**.

6. Acompanhamento Mensal

6.1. RD (Atas de Reuniões da Diretoria Executiva de nº 026 a 028/2025)

- Não houve questionamentos por parte dos conselheiros.

6.2. CONSAD (Atas de Reuniões do Conselho de Administração nº 009/2025)

- Não houve questionamentos por parte dos conselheiros.

6.3. CAE (Atas de Reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário nº 008/2025)

- Não houve questionamentos por parte dos conselheiros.

6.4. Folha de Pagamento e Movimentação de Pessoal (junho/2025)

- Não houve questionamentos por parte dos conselheiros.

6.5. Licitações e Contratos (julho/2025)

- Não houve questionamentos por parte dos conselheiros.

6.6. Relatório da Ouvidoria (junho/2025)

- Não houve questionamentos por parte dos conselheiros.

O **Sr. Enzo**, a **Sra. Adriana** e o **Sr. Adolfo** não apresentaram questionamentos sobre os subitens acima.

8. Outros Assuntos de Interesse da Companhia

8.1. Apreciação do Plano de Trabalho do Conselho Fiscal para o mandato

- **Discussão e Ajustes:** O **Sr. Antonio Filho** introduziu o tema. O **Sr. Enzo** pediu para equacionar os pontos tratados com o jurídico.
- **Apresentação do Plano e Itens Definidos:** O **Sr. Antonio Filho** compartilhou o plano de trabalho em tela. Confirmou que a apresentação semestral sobre o Atende+ em novembro estava OK e já adicionada. O **Sr. Enzo** solicitou a adição em novembro e junho da apresentação dos casos relacionados ao Tribunal de Contas, conforme definido. O **Sr. Antonio Filho** confirmou a adição.
- **Passivo Atuarial e Contingente:** O **Sr. Enzo** pediu para incluir em novembro a abordagem do jurídico sobre passivo atuarial e passivo contingente. O **Sr.**

Antonio Filho adicionou este item para discussão na reunião. Mencionou que o passivo atuarial estava previsto para setembro, mas precisaria ser movido para depois da reunião de alinhamento com o jurídico. O **Sr. Enzo** não encontrou o item em setembro na versão do plano que recebeu e sugeriu movimentar para novembro. O **Sr. Antonio Filho** informou que seria necessário aguardar a reunião de novembro para posicionar, mas que já havia adicionado a discussão com o **Dr. Caio Augusto de Moraes Forjaz** e a **Dra. Cintia Regina Clementino da Silva** em novembro.

- **Deslocamentos de Pauta:** O **Sr. Sebastião** lembrou que deslocamentos de pauta podem ocorrer, mas seriam informados com antecedência, ao que o **Sr. Enzo** e a **Sra. Adriana** concordaram. O **Sr. Adolfo** mencionou que o manual do COGEAI prevê o acompanhamento das ações judiciais de passivo contingente. O **Sr. Antonio Filho** e o **Sr. Enzo** concordaram em manter o item no plano.
- **Definição de Periodicidade para Passivos:** O **Sr. Antonio Filho** pediu confirmação se o item passivo atuarial seria apresentado em novembro com a reunião de alinhamento. O **Sr. Adolfo** explicou que o passivo atuarial do plano de benefícios (funcionários da antiga CMTC) é calculado anualmente e registrado na contabilidade da administração direta pela prefeitura, que é a responsável. O **Sr. Sebastião** esclareceu que existe outro passivo atuarial relacionado a pessoas acidentadas em ônibus da CMTC, que também possui acompanhamento anual. O **Sr. Sebastião** questionou se seria melhor apreciar esses relatórios após a auditoria independente. O **Sr. Adolfo** e o **Sr. Enzo** concordaram que seria melhor apreciar depois da auditoria independente, que ocorre em março/abril. O **Sr. Antonio Filho** sugeriu colocar na pauta da reunião de março, após o relatório dos auditores independentes em 28 de fevereiro, ou antecipar a reunião de abril se necessário. O **Sr. Adolfo** questionou por que o passivo atuarial dos acidentados não seria tratado como subitem do passivo contingente. O **Sr. Sebastião** explicou que há um entendimento de que não deve entrar no balanço da empresa, pois a prefeitura é a garantidora e repassa o valor específico para SPTrans, similar ao passivo atuarial previdenciário, e sugeriu convidar o jurídico para explicar melhor. O **Sr. Enzo** e o **Sr. Adolfo** concordaram em pedir ao jurídico para esclarecer a responsabilidade dos acidentados da CMTC e a classificação da natureza do passivo, bem como a questão dos antigos funcionários da CMTC, na próxima reunião. O **Sr. Antonio Filho** comprometeu-se a convidar o jurídico para a próxima reunião para esses esclarecimentos.
- **Fechamento do Plano de Trabalho:** O **Sr. Antonio Filho** ajustou o plano para que o passivo atuarial e contingente fossem discutidos em abril, após a auditoria independente em março. O **Sr. Enzo** concordou, notando que o jurídico precisaria de tempo para estruturar a apresentação. O **Sr. Antonio Filho** sugeriu que o jurídico negociasse a regularidade e o melhor momento, mas enfatizar que o conselho deseja apreciar as peças atuariais após a auditoria independente.

Por fim, concluída a pauta previamente estabelecida, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não havendo manifestações, esta reunião foi declarada encerrada ao meio-dia e vinte minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e

PONTOS CONSIGNADOS EM ATA

- **Acompanhamento sobre a finalização do ciclo do PDV:** O Sr. **Adolfo Cascudo Rodrigues** solicitou ao Dr. **Mauro Antonio Gumiero Voltarelli** que enviasse a finalização do ciclo do PDV para ciência do COGEAI e JOF, ao que ele se comprometeu.
- **Contas Pendentes:** As contas dos exercícios de 2019, 2020, 2021 e 2022 ainda não tiveram julgamento definitivo e estão no gabinete do conselheiro Sr. **Domingos Dissei**, aguardando manifestação da auditoria após apreciação das informações da SPTrans.
- **Periodicidade das Reuniões do TCM:** O Sr. **Antonio Claudiner Facetto Filho** se comprometeu a consignar em ata que a periodicidade das reuniões para tratar dos assuntos do Tribunal de Contas do Município (TCM) ficou determinada como semestral, sendo as próximas agendadas para novembro de 2025 e junho de 2026, sem prejuízo de abordagens extraordinárias se surgirem assuntos de relevância.
- **Esclarecimentos sobre Passivos (Atuarial e Contingente):** Os Srs. **Enzo Lúcio Ondei** e **Adolfo Cascudo Rodrigues** solicitaram que fosse consignado em ata o pedido ao departamento jurídico para trazer à próxima reunião esclarecimentos detalhados sobre a responsabilidade em torno da questão dos acidentados da CMTC, a classificação da natureza desse passivo (se atuarial ou contingente), e a questão dos benefícios complementares dos antigos funcionários da CMTC. O Sr. **Antonio Claudiner Facetto Filho** se comprometeu a convidar o jurídico para prestar esses esclarecimentos.
- **Apreciação de Peças Atuariais:** Ficou consignado em ata que o conselho fiscal expressou o desejo de apreciar as peças atuariais (passivo atuarial e contingente) após a conclusão do processo de auditoria independente da empresa, cuja apresentação geralmente ocorre em março. O Sr. **Antonio Claudiner Facetto Filho** ajustou o plano de trabalho para que a discussão e apresentação desses itens ocorressem em abril de 2026.
- **Relatório da Ouvidoria:** O Sr. **Enzo Lúcio Ondei** destacou a necessidade de melhorias no relatório da ouvidoria para que fosse mais autoexplicativo e coerente, solicitando especificação clara da distinção entre e-mails recebidos e demandas registradas, os critérios de registro, e o significado de "demandas atuais" e o saldo acumulado de demandas em andamento. Ele também apontou inconsistências na somatória das reclamações entre diferentes seções do relatório. O conselho considerou **importante para analisar** e solicitou receber o relatório integrado na próxima reunião, visando a uma visão consolidada de todas as demandas dos usuários, independente do canal, para avaliar a qualidade do

serviço prestado.



Adolfo Cascudo Rodrigues
Conselheiro(a) Fiscal

Em 29/10/2025, às 15:33.



Adriana Azevedo Pannunzio
Conselheiro(a) Fiscal

Em 30/10/2025, às 18:58.



Enzo Lúcio Ondeí
Conselheiro(a) Fiscal

Em 31/10/2025, às 09:26.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **145187679** e o código
CRC **84EA8A6F**.

Referência: Processo nº 5010.2025/0004429-2

SEI nº 145187679